

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

ANEXO I - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa do ramo de prestação de serviço em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações -, para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP – tecnologia GSM – com fornecimento de celulares novos em comodato, sob demanda, para o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul (Coren-MS), conforme as especificações e quantidades descritas no Termo de Referência e seus anexos.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Contratação de Telefonia móvel.

Lote 1 - Contratação de empresa do ramo de prestação de serviços em telefonia móvel, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda, conforme condições deste termo, do ato convocatório e seus anexos.

Item 1 - Habilitação de linhas móveis por meio de aparelhos celulares fornecidos em comodato que permitam acesso à internet, transmissão e recepção de voz e dados, conforme condições deste termo:

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|------|--|---------|------------|
| 1 | Pacote de serviços de telefonia móvel, serviço móvel pessoal - SMP (Voz, Dados e SMS), acesso à internet por meio de tecnologia 4G ou superior com no mínimo 5GB de franquia, mínimo de 1.000 SMS, WhatsApp ilimitado no mínimo para envio de mensagens, fotos e vídeos, chamadas ilimitadas para fixo e móvel de todas as operadoras (VC1, VC2, VC3), chamadas intragrupo isentas de cobrança e gestor online para todas as linhas contratadas, fornecimento de Chip e aparelho Smartphone, conforme especificações, em regime de comodato. | Pacote | 16 |

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

3. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DESTE OBJETO

3.1. A contratação de Telefonia Móvel Pessoal terá por finalidade facilitar os meios de comunicação, quer em Campo Grande/MS, quer em Dourados/MS, quer em Três Lagoas/MS, quer em diversos pontos do Estado do Mato Grosso do Sul, como também no território brasileiro.

4. DA HABILITAÇÃO E ENTREGA DOS APARELHOS

4.1. A licitante vencedora deverá disponibilizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da solicitação formalizada pelo Fiscal de Contrato (mediante e-mail, ofício, etc.) a habilitação de 16 (dezesesseis) linhas móveis e entrega dos respectivos aparelhos celulares, acompanhados de, pelo menos, o kit básico (aparelho, chip e carregador);

5. DAS DEFINIÇÕES

5.1. Para efeito deste Termo de Referência, devem ser consideradas algumas definições importantes, tais como:

- a) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.
- b) SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES - Serviço de telecomunicações é o conjunto de atividades que possibilita a oferta de telecomunicação.
 - b (1) Telecomunicação é a transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza.
 - b (2) Estação de telecomunicações é o conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de telecomunicação, seus acessórios e periféricos,

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
e, quando for o caso, as instalações que os abrigam e complementam inclusive terminais portáteis.

c) **SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO** - É a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

c (1) Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição.

c (2) É assegurado aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para prestação de serviços de valor adicionado, cabendo à Agência, para assegurar esse direito, regular os condicionamentos, assim como o relacionamento entre aqueles e as prestadoras de serviço de telecomunicações.

d) **SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP)** - é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações.

e) **TÉCNICA CELULAR** - técnica que consiste dividir uma área geográfica em subáreas, denominadas células, atribuindo-se a cada célula uma frequência ou grupos de frequências, permitindo-se a sua reutilização em outras células.

f) **SMC - Serviço móvel celular:** serviço de telecomunicações móvel terrestre, aberto à correspondência pública, que utiliza sistema de radiocomunicações com técnica celular, interconectado à rede pública de telecomunicações e acessado por meio de terminais portáteis, transportáveis ou veiculares, de uso individual.

g) **INTERCONEXÃO** - é a ligação entre redes de Concessionárias de SMC, de Concessionárias de STP e de Empresa Exploradora de Troncos Interestaduais e Internacionais com o fim de cursar o tráfego entre suas redes, para realizar a comunicação entre usuários.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

- h) **ÁREA DE CONCESSÃO** - área geográfica delimitada pelo Ministério das Comunicações, na qual a Concessionária de SMC deve explorar o serviço, nos termos do contrato de concessão, observando a regulamentação pertinente.
- i) **ÁREA DE CONTROLE** - área geográfica em que o SMC é controlado por uma determinada central de comutação e controle.
- j) **ÁREA DE COBERTURA** - área geográfica em que uma Estação Móvel pode ser atendida pelo equipamento rádio de uma estação rádio base.
- k) **ÁREA DE LOCALIZAÇÃO** - área na qual uma estação móvel pode movimentar-se sem necessária a atualização dos registros de localização, podendo conter uma ou várias áreas de cobertura.
- l) **ÁREA DE SERVIÇO** - conjunto de áreas de Cobertura, podendo conter uma ou várias Áreas de Controle, em que Estações Móveis têm acesso ao SMC e na qual uma Estação Móvel pode ser acessada, sem conhecimento prévio de sua exata localização, inclusive por um usuário do Serviço de Telefone Público.
- m) **ESTAÇÃO RÁDIO BASE (EBR)** - é a estação fixa do SMC usada para radiocomunicação com estações móveis.
- n) **ESTAÇÃO MÓVEL** - É a estação do SMC que pode operar, quando em movimento ou estacionada em lugar não especificado, dentro da área de cobertura de uma estação rádio base.
- o) **ESTAÇÃO MÓVEL LOCAL** - estação móvel que se encontra em sua área de Registro.
- p) **ESTAÇÃO MÓVEL VISITANTE** - estação móvel que se encontra em área de Registro distinta daquela a que pertence.
- q) **PLANO DE SERVIÇO** - documento que descreve as condições de prestação do serviço ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de aplicação.
- r) **PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS** - entendido como Plano de Serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os Usuários ou interessados no SMC.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

- s) **ASSINANTE VISITANTE** - assinante responsável pela estação móvel visitante.
- t) **CENTRAL DE COMUTAÇÃO E CONTROLE (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL) CCC**
- Conjunto de equipamentos destinado a controlar a rede do SMP bem como a interconectar esta rede a qualquer rede de telecomunicações.
- u) **PERFIL DE TRÁFEGO** - assim entendido o quantitativo médio estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência.
- v) **USUÁRIO** - Qualquer pessoa que se utiliza de serviços de telecomunicações, independentemente de contrato de prestação ou inscrição junto à Prestadora.
- w) **PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS** - entendido como plano de serviço de oferta opcional, disponibilidade pela operadora, o qual é de livre escolha do usuário.
- x) **CSP** - código de seleção de prestadora: programação automática do código de seleção da companhia que efetuará as ligações de longa distância de modo que não seja necessário discá-lo a cada chamada.
- y) **SMS** - “Short Message Service”: mensagens curtas de texto enviadas por e/ou para celulares.
- z) **DSL2** - valor pago ao receber chamada de longa distância fora da área de registro.
- aa) **VC1** - valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de comunicação destinada a usuário do SMP.
- bb) **VC2** - valor pago, por minuto, quando o celular que origina a ligação estiver localizado, no momento da chamada, em área cujo primeiro dígito do código DDD é igual ao do telefone chamado.
- cc) **VC3** - valor pago, por minuto, quando a ligação for feita para um assinante com o primeiro dígito do código DDD diferente do telefone chamador.

6. DAS CARACTERÍSTICAS DOS APARELHOS CELULARES

6.1. Os modelos dos aparelhos a serem fornecidos deverão possuir características equivalentes ou superiores as características indicadas a seguir:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ACEITÁVEIS DOS APARELHOS INDEPENDENTEMENTE DE MARCA

| | |
|------------------------------|---|
| Conteúdo da Embalagem | Aparelho celular, Carregador, Cabo USB, Extrator de Chip e Manual do usuário |
| Tipo de Chip | Nano Chip |
| Sistema Operacional | Android |
| Versão S.O. | Android 11.0 ou superior |
| Tipo de Tela | PLS LCD |
| Tamanho do Display | 6.4" |
| Resolução | 1080 x 2400 pixel |
| Multichip | Preferencialmente Dual Chip |
| Câmera Traseira | No mínimo 48MP |
| Câmera Frontal | No mínimo 10MP |
| Filmadora | Full HD |
| NFC | Não obrigatório |
| Processador | Octa-Core no mínimo dois núcleo com 2.2GHz |
| Memória RAM | 4 GB |
| Memória Interna | 128 GB |
| Expansivo até | 1 TB Micro SD |
| Banda | Quad Band (850/900/1800/1900) |
| Conexões | Wi-Fi, 3G, 4G, preferencialmente 5G |
| Recursos de chamada | Viva Voz, Chamada em espera, Discagem rápida, Registo de chamadas, Chamada por comando de voz |
| Alimentação, tipo de bateria | Bateria de Íons de Lítio de 5000mAh Bivolt |

6.2. Os aparelhos disponibilizados deverão ser novos, e cobertos por garantia mínima de 12 (doze) meses em conformidade com o prazo Contratual.

6.3. No (s) caso (s) de perda, roubo ou furto dos aparelhos em comodato as partes resolverão de acordo com as legislações vigentes e nos Órgãos Públicos cabíveis. E no (s) caso (s) de defeito do (s) aparelho (s) a Contratante acionará a assistência técnica especializada, credenciada e autorizada pelo fabricante.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

6.4. Em caso de prorrogação contratual (e a cada renovação, se houver) todos os aparelhos deverão ser substituídos (trocados) por aparelhos novos, independentemente do seu estado de uso, a Contratada deverá substituí-lo em até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual e sem ônus para o Contratante.

6.5. Nas hipóteses de extravio, furto ou roubo, enquanto não for solicitado o bloqueio do SIM CARD pelo CONTRATANTE, este arcará com os custos das ligações e/ou utilização dos serviços habilitados.

7. PERFIL DE TRÁFEGO

7.1. O Perfil de Tráfego será o especificado conforme a Tabela 1, abaixo:

| ITEM | SERVIÇO | QUANTIDADE MENSAL (Estimativa de Consumo) | TIPO |
|------|---|--|------------|
| 1 | Assinatura | 16 | Linhas |
| 2 | VC1, VC2 e VC3 – Móvel-Fixo | Ilimitado | Minutos |
| 3 | VC1, VC2 e VC3 – Móvel-Móvel (outras operadoras) | Ilimitado | Minutos |
| 4 | DSL2 | Ilimitado | Minutos |
| 5 | AD (Taxa de deslocamento) | Ilimitado | Minutos |
| 6 | Envio de mensagens SMS para linha de telefonia celular da mesma operadora | Mínimo 1.000 | Unidade |
| 7 | Envio de mensagens SMS para linha de telefonia celular de outra operadora | Mínimo 1.000 | Unidade |
| 8 | Tarifa zero – Assinatura Intra Grupo Nacional – VC1, VC2 e VC3 | Ilimitado | Assinatura |
| 9 | Tarifa zero – Assinatura Intra Rede Nacional – VC1, VC2 e VC3 | Ilimitado | Assinatura |
| 10 | Internet Pacote 5GB | 16 | Assinatura |
| 11 | Ferramenta Gestão Online | 16 | Assinatura |

7.1.1. Nos preços ofertados estão incluídos: impostos, tributos, despesas salariais, encargos sociais, fiscais, comerciais e quaisquer outros relativos aos serviços de telefonia, bem como despesas para sua completa execução.

7.1.2. A assinatura do pacote de dados de cada linha está limitada no mínimo para 5 GB, esgotando-se este consumo dentro do mês interrompe-se este serviço, sendo efetivado somente no próximo ciclo.

7.1.3. A ferramenta de gerenciamento do perfil de tráfego será de acordo com as especificações usuais do mercado.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

7.2. Os perfis servirão tão somente de subsídio às licitantes na formulação das respectivas propostas, e ao Coren-MS na análise e aferição da proposta mais vantajosa, não se constituindo, no entanto, em qualquer obrigação futura para o Coren-MS, no sentido de impor-lhe um consumo mínimo, pois são meramente estimativos.

7.3. A divisão dos diversos tipos de ligações "dentro do grupo contratado", "mesma operadora e fora do grupo contratado" e "outras operadoras" visam tão somente a facilitar a formulação de preços pelo licitante, caso deseje ofertar valores diferenciados para estas ligações.

7.4. Deverão estar disponíveis os serviços de acesso á caixa postal identificador de chamadas, chamada em espera, serviço de envio e recebimento de mensagens (SMS), bloqueios de chamadas originadas, acesso ao serviço WAP, bem como roaming automático em todo território nacional. (REFERIDOS SERVIÇOS JÁ DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO PREÇO OFERTADO, não sendo cotado ou cobrado á parte).

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um fiscal designado pela autoridade competente do Coren-MS.

8.2. Após a assinatura do contrato o serviço será solicitado pelo Fiscal/Gestor de Contrato, desde que cumpridos todos os trâmites do processo. A prestação do serviço iniciará com a entrega dos aparelhos e chips devidamente habilitados e em funcionamento.

8.3. O prazo de fornecimento do objeto licitado a ser contratado é conforme o previsto no item 4.1 deste Termo de Referência.

8.4. Os chips e equipamentos celulares em regime de comodato deverão ser habilitados mediante solicitação formal da contratante, através do gestor/fiscal do contrato.

9. DA FORMULAÇÃO DOS PREÇOS

9.1. A prestação dos serviços de telefonia móvel será CONTRATADA mediante apresentação de proposta de preços baseada em valores de pacotes ilimitados, para todos os tipos de chamadas.

9.1.1. Será admitida a cotação por unidades nos serviços assim medidos, tal como o de mensagens.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

9.2. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras despesas relativas aos serviços de telefonia, inclusive as oriundas das instalações e equipamentos por ventura necessários.

9.3. As licitantes formularão seus preços com base no perfil de tráfego constante na Tabela 1.

9.4. O perfil de tráfego tem a finalidade de balizar a formulação das propostas pelas licitantes e permitir o julgamento da proposta mais vantajosa para o Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul, não se configurando em compromisso futuro de qualquer espécie.

10. DA NUMERAÇÃO

10.1. A licitante vencedora deverá manter todas as numerações das linhas atuais do Coren-MS, se for o caso, com a utilização do recurso da portabilidade.

11. DO VALOR ESTIMADO

11.1. O valor estimado anual para contratação será feito com preços atualizados do mercado.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Código do elemento de despesa é o 6.2.2.1.1.33.90.39.002.031 - Telefonia móvel.

13. DO MÉTODO E ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

13.1. O fornecimento do objeto desta licitação deverá ser efetuado em até 15 (quinze) dias úteis de acordo com o item 4.1. deste T.R.

13.1.1. Os prazos são contados até a entrega efetiva no Coren-MS, situado à Av. Monte Castelo, 269, Bairro Monte Castelo, Centro, Campo Grande/MS, CEP: 79.010-400, sendo da CONTRATADA o ônus de tempo e custo de envio, caso haja alteração no endereço do Coren-MS, a CONTRATADA será informada.

14. DAS EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

14.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

14.1.1. Cédula de identidade;

14.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

14.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.2. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

14.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) e ou Cadastro de Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

14.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

14.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 e alterações.

14.3. Da qualificação técnica:

14.3.1. Comprovação de que a licitante seja autorizada pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

14.4. Da qualificação econômico-financeira:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

14.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

14.4.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

14.4.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital.

14.5. Das Declarações:

14.5.1 Atestando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e do inciso XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/1993;

14.5.2. Inexistência de fato impeditivo ou declaração de inidoneidade para contratar com a administração;

14.5.3. De Elaboração Independente de Proposta.

15. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

15.1. Serão informados os valores unitários dos itens e será aceito o menor preço global por lote.

16. DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. Manter as cláusulas do artigo 55 da Lei 8.666/1993. Para o cumprimento do artigo 64 da Lei 9.430/96, IN 1234/2012 e demais alterações, será efetuada a retenção na fonte da COSIRF (Contribuições Sociais e Imposto de Renda Retido na Fonte).

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

17.1. A empresa CONTRATADA deverá cumprir e executar os serviços de acordo com as metas estabelecidas pela ANATEL e, demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

17.1.1. Havendo alteração de norma sob a responsabilidade da ANATEL durante o período da contratação, que conflitem com o disposto neste Termo, deverá ser respeitado o disposto na norma atualizada, caso compatível com as disposições constitucionais sobre o tema.

17.2. Responder pelos danos causados diretamente ao Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

17.3. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no instrumento contratual.

17.4. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

17.5. Atender prontamente quaisquer exigências do representante do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul, no que diz as necessidades do CONTRATANTE.

17.6. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e atender de imediato às notificações do CONTRATANTE, corrigindo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

17.7. Responsabilizar-se em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços do objeto desta contratação, tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transporte, vale-refeição e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

17.8. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previsto na legislação social trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com ao CONTRATANTE.

17.9. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e comerciais resultantes da adjudicação do instrumento contratual, respondendo também pelos acidentes de trabalho envolvendo seus empregados.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

- 17.10. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.
- 17.11. Tornar disponível telefone franqueado (0800), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para solicitações de serviços.
- 17.12. Designar um preposto, que será o responsável pelo tratamento junto á CONTRATANTE de todas às questões relacionadas á execução do objeto contratado.
- 17.13. Colocar á disposição do CONTRATANTE telefone direto local, celular e e-mail para contato direto com o preposto, para tratamento das questões relacionadas ao contrato, não se admitindo a remessa desses assuntos para atendimento por Call Center destinado ao público geral.
- 17.14. Notificar ao CONTRATANTE sobre a ocorrência de fusão, cisão ou incorporação.
- 17.15. Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, ressalvadas as situações em que o próprio serviço depende de terceiros, tal como as ligações á distância.
- 17.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância ás normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, ás recomendações exigidas pela boa técnica.
- 17.17. Comunicar ao representante do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários.
- 17.18. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da contratação.
- 17.19. Manter, ainda, os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente á boa ordem e ás normas disciplinares do CONTRATANTE.
- 17.20. A empresa CONTRATADA deverá apresentar fatura padrão em mídia impressa, discriminada individualmente por número de telefone, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis do vencimento, indicando, ao mínimo, o destino, a data, o horário, e a duração das

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
ligações, no endereço: Av. Monte Castelo, 269, Bairro Monte Castelo, Centro, Campo Grande/MS, CEP: 79.010-400.

17.21. Independentemente dos dias e horários de funcionamento regular, os serviços, com as mesmas tarifas e demais condições de atendimento, deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana para atendimento as demandas do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul, inclusive nos feriados.

17.22. Dar prévio conhecimento das condições de suspensão do serviço, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

17.23. Ocorrendo mudança nos endereços dos locais de prestação de serviços executá-los nos novos endereços.

18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

18.1. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços.

18.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço contratado.

18.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato.

18.4. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações do CONTRATANTE, somente será assegurado se estiverem devidamente identificados.

18.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

18.6. Designar servidor para acompanhar a execução do contrato.

18.7. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

18.8. Rejeitar no todo ou em parte serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

18.9. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

18.10. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto deste termo de referência, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para o Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul.

18.11. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela prestadora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Coren-MS, não deve ser interrompida.

18.12. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços na data da emissão das contas telefônicas.

19. PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

19.1. Não será admitida a emissão de faturas com vencimentos diversos correspondentes a um mesmo mês.

19.2. O prazo de vencimento da fatura mensal deverá ser fixado em uma única data.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365 \text{ onde } I = 6/100/365 = I = 0,00016438.$$

Onde I é igual a taxa percentual anual no valor de 6%.

19.3. A fatura mensal deverá discriminar as alíquotas dos impostos e contribuições inclusos no preço, bem como o detalhamento das ligações efetuadas no período, conforme disposto no artigo 11, inciso V, da Resolução da Anatel nº 426, de 09/12/2005 e suas alterações.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

19.4. O número do CNPJ, constante da fatura, deverá ser aquele fornecido durante a licitação que comportará este termo de referência.

19.5. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação da fatura mensal em conjunto com as certidões negativas referentes á documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista com validade igual ou superior ao vencimento da fatura/boleto.

19.5.1 A multa de 2% (dois por cento) prevista na legislação da ANATEL é facultativa e não obrigatória. Por tal razão não será aceita na presente contratação. Tal matéria já foi objeto de impugnação em certames de serviços de telefonia anteriores e não serão acolhidas demandas requerendo a inclusão da mesma. Em caso de inadimplência da administração será devida apenas a compensação financeira prevista no corpo deste termo de referência.

19.6. Ocorrendo erros na fatura ou discordância de qualquer dos valores que impeçam a liquidação das despesas, será feita a contestação da conta apresentada e o vencimento da mesma será prorrogado por no mínimo o prazo igual ao demandado para a solução da questão.

19.7. O prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura, que deverá ser entregue no Coren-MS, endereço já citado neste termo, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data do vencimento, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

19.8. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado á CONTRATADA, para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança ou ressarcido em depósito bancário na conta do CONTRATANTE.

19.9. O valor ofertado para os serviços cotados poderá ser reajustado na forma do artigo 40, XI da Lei 8.666/1993, segundo variação do Índice dos Serviços de Telecomunicações - IST, ou outro que venha substituí-lo, depois de decorrido um ano da data prevista para a apresentação da proposta.

20. INFORMAÇÕES AO LICITANTE

20.1. Com relação às questões técnicas, os licitantes poderão contatar o Coren-MS por meio do (s) e-mail (s): licitacao@corenms.gov.br.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

21. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

21.1. A inexecução total ou parcial do contrato por parte da CONTRATADA facultará ao CONTRATANTE o direito à aplicação de penalidades constantes do artigo 87 e 88 da Lei 8.666/1993, assegurada ampla e prévia defesa.

21.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da administração, garantida prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV, do artigo 87 da Lei Federal 8.666/1993 e multa sobre o valor do ajuste.

21.3. A multa será de 20% (vinte por cento) do total contratado, no caso de inadimplemento da obrigação de prestar serviços e suspensão de serviços por mais de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas;

21.4. Será gradativa, até o percentual de 20% (vinte por cento), de acordo com a gravidade e prejuízos ao Coren-MS, em caso de atraso da entrega do objeto, ou alternativamente, multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento).

21.5. O mesmo percentual (até 20%) de multa incidirá em caso de prestação do serviço de forma deficiente, podendo o percentual ser reduzido segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade pela autoridade competente para julgar o processo administrativo. No caso de descumprimento parcial da obrigação a sanção, segundo os mesmos parâmetros, poderá incidir apenas sobre o montante correspondente à parcela em atraso.

22. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DO REAJUSTE

22.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura;

22.2 Poderá sua duração ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o Coren-MS, limitada a 60.

22.3. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

22.3.1. Unilateralmente pelo Coren-MS:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

22.3.1.1 Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

22.3.1.2 Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/1993.

22.3.2. Por acordo das partes:

22.3.2.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução.

22.3.2.2. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

22.3.2.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento da execução do serviço.

22.3.2.4. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição do Coren-MS para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

22.3.2.4.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3.2.4.1.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no tópico anterior, salvo:

22.3.2.4.1.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

22.3.2.4.1.2.1.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73 proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

22.4. Os valores contratados serão reajustados anualmente, a contar da data-limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, utilizando-se o IST (índice de serviço de telecomunicações), divulgado pela ANATEL ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo.

23. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

23.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Coren-MS especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

23.2. O representante do Coren-MS anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

23.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas à seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

23.4. Os valores praticados pela licitante vencedora serão objetos de constante verificação pelo fiscal de contrato, assegurando-se de que os preços pactuados sejam vantajosos para o Coren-MS, observada às peculiaridades do mercado e do contrato celebrado, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas na licitação.

24. DOS ANEXOS

Fazem parte deste termo de referência os seguintes anexos:

24.1. Anexo I - Modelo de proposta de preços.

25. CONSIDERAÇÕES FINAIS

25.1. A contratação em tela, objeto do Termo de Referência, tem amparo na Lei 10.520/2002, e da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e subsidiariamente as disposições do Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002,

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
Código Civil Brasileiro e Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor.

25.2. Pelo fato do objeto ter características comuns, uma vez que a caracterização dos produtos e serviços enseja definições objetivas com base em especificações de mercado, recomenda-se que seja adotada a modalidade pregão na forma eletrônica, pelo critério do Menor Preço, de acordo com o que prevê a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/2019.

25.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramentas acessáveis por meio da Internet para que o CONTRATANTE possa fazer gerenciamento referente às linhas contratadas, conforme as especificações usuais no mercado.

26. ANEXOS:

26.1. ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Campo Grande, 29 de maio de 2023.

Elaborado por:

Francisco de Souza Rosa
Empregado Público
Matrícula:085

Revisado por:

Thiago Flávio Ribeiro Penha
Empregado Pública
Matrícula: 032

Osvaldo Sanches Júnior
Analista de Sistema - STIC
Matrícula: 029

Aprovo o presente Termo de Referência conforme proposto e de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos:

Autoridade Competente

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO Nº. 038/2022

EMPRESA: _____

DATA: _____

- Objeto: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações -, para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP – tecnologia GSM – com fornecimento de celulares novos em comodato, sob demanda, para o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul (Coren/MS), conforme as especificações e quantidades descritas no Termo de Referência e seus anexos.
- Apresentamos PROPOSTA DE PREÇOS de acordo com as mínimas especificações, condições e prazos estabelecidos no **Termo de Referência (P.A.L. nº 038/2022)** do Coren/MS, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente:

| Item | Descrição | CATMAT | Unidade | Quantidade | Unitário/Mês (R\$) | Total Mensal (R\$) | Anual (R\$) |
|-------|--|--------|---------|------------|--------------------|--------------------|-------------|
| 1 | Pacote de serviços de telefonia móvel, serviço móvel pessoal - SMP (Voz, Dados e SMS), acesso à internet por meio de tecnologia 4G ou superior com no mínimo 5GB de franquia, mínimo de 1.000 SMS, WhatsApp ilimitado no mínimo para envio de mensagens, fotos e vídeos, chamadas ilimitadas para fixo e móvel de todas as operadoras (VC1, VC2, VC3), chamadas intragrupo isentas de cobrança e gestor online para todas as linhas contratadas, fornecimento de Chip e aparelho Smartphone, conforme especificações, em regime de comodato. | 26387 | Pacote | 16 | R\$ | R\$ | R\$ |
| TOTAL | | | | | R\$ | R\$ | R\$ |

VALIDADE DA PROPOSTA (mínimo **60 dias**): _____

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (por escrito): _____

- Declaramos** que nos preços cotados e que vigorarão no contrato (ARP, Nota de empenho ou outro instrumento equivalente) incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à entrega dos bens, tais gastos da empresa com o produto, frete, carregamento, descarregamento e demais atividades correlatas necessárias para a perfeita execução do objeto solicitado inclusive os referentes às despesas trabalhistas e previdenciárias, aos impostos, taxas, pedágios, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73 (independentemente da nomenclatura utilizada pelos governos), constituindo, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação e entrega do (s) bem (ns), de modo que nenhuma outra remuneração será devida, a qualquer título, descartada qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação entrega dos bens.

4. Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do **Termo de Referência** e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e descrição.

5. Declaramos que entregaremos os bens comprovadamente novos e sem uso, uma vez que não serão aceitos materiais ou peças reconicionados, reutilizados ou reformados.

6. Caso sejamos a proposta vencedora e transcorridos todos os trâmites legais desta licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato (ARP, instrumento equivalente, retirar a nota de empenho) no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ: _____ I.E. _____ I.M. _____
Endereço eletrônico (e-mail): _____
Tel/Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____ Banco: _____
Agência: _____ C/C: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF: _____
Cargo/Função: _____
Carteira de identificação nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____
Nacionalidade: _____

Assinatura



Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade de contratação de empresa do ramo da prestação continuada de serviço em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações -, para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP – tecnologia GSM – com fornecimento de celulares novos em comodato, sob demanda, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. Dados do Processo:

| | |
|--|--|
| Unidade responsável pela Demanda: | Thiago Flávio Ribeiro Penha – Gestor de contrato. |
| Objeto: | Contratação de empresa do ramo da prestação continuada de serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP – tecnologia GSM – com fornecimento de celulares novos em comodato. |
| Nº do Processo: | PAL nº 38/2022 |

2. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

Os documentos e legislações que devem ser utilizados como referência na contratação:

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – estatuto das licitações
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – dispõe sobre os pregões.
- Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código Proteção e Defesa do Consumidor.
- Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 – dispões sobre os bens e serviços comuns.
- Novo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - dispõe sobre o pregão eletrônico.
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas;
- Subsidiariamente a Instrução normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, no que couber - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta.



- Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005 da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

3. Necessidade da Contratação:

Tendo em vista à necessidade de efetuar a contratação do serviço de telefonia móvel a fim de garantir a qualidade e continuidade no desenvolvimento das atividades administrativas. A telefonia móvel passou a ter papel essencial no desenvolvimento das ações da Administração, facilitando grandemente a comunicação, reduzindo tempo de resposta para situações emergenciais, e promovendo celeridade às ações administrativas.

A solicitação também se justifica em razão do Contrato vigente 002/2018, não poder ser prorrogado, em razão de atingir o limite de 60 meses, permitido por lei.

3.1. Análise da contratação anterior:

O contrato atual teve sua vigência estipulada em 12 (doze) meses, com prorrogação até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Motivado pelo Gestor de Contratos foi aprovado o Quinto Termo Aditivo ao contrato 002/2018, sendo o último, e deliberado pela Plenária em 20 e 21/10/2022 a abertura de processo para contratar empresa do ramo de telefonia móvel. Foi recebido pela CPL em 25/10/2022. Considerando que os Contratos tem validade até 05/03/2023, podemos observar que cumpriu o prazo mínimo determinado na cláusula: Atribuições do Fiscal - Manual de Procedimentos para Fiscal/Gestor de Contratos do Coren/MS, ano 2017:

As Atribuições dos Fiscais:

5º Passo: monitorar o prazo de vigência do contrato.

5.1 No prazo máximo de 120 dias antes do vencimento, a fim de iniciar o processo de renovação ou novo processo licitatório...

A orientação do procedimento de aditamento de prorrogação e/ou início de novo processo, é para que o Coren não fique sem o serviço, ou seja, prejudicado.

Desta forma percebe-se que o prazo para início dos trâmites de um novo processo foi cumprido, o que indica que conseguiremos realizar outra contratação em tempo hábil ao término do contrato ainda vigente, apesar de ter ocorrido atrasos devidos outras demandas urgentes.

4. Referência ao Planejamento Estratégico Institucional do Coren/MS:

4.1. Atividade Finalística ou Meio

- não menciona.

4.2. Objetivo Estratégico:

- Não menciona



4.3. Iniciativa Estratégica:

- Não menciona.

No entanto, entendemos que a contratação se refere à **atividade meio**, por não ser a atribuição principal da Autarquia, o objetivo estratégico é **Administração Pública** e a iniciativa estratégica: o serviço é necessário ao seu funcionamento para o exercício das atividades finalísticas.

5. Requisitos da Contratação:

- Para fins de contratação os interessados devem estar em dia com os recolhimentos fiscais do Município, Estado e com a União, INSS, FGTS, CNDT apresentando a documentação solicitada para comprovação de quitação de todos os encargos, no momento oportuno.
- Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica que já executou objeto compatível, com o que está sendo licitado;
- É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o item acima, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos.
- A contratada manterá um preposto que ficará responsável em fiscalizar os serviços prestados.
 - Os serviços devem ser acompanhados de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas:

| Nº | ITEM DO SERVIÇO | NIVEL ESPERADO SERVIÇO | INFRAÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|----|--|------------------------|----------------|------|--------------|
| 1 | Portabilidade numérica | 3 dias corridos | Prazo Excedido | 2 | Por linha |
| 2 | Ativação de novas linhas (incluindo a entra de SIM CARD) | 10 dias corridos | Prazo Excedido | 1 | Por linha |
| 3 | Desativação em definitivo de linhas | 24 horas | Prazo Excedido | 1 | Pr linha |
| 4 | Suspensão temporária de linhas | 24 horas | Prazo Excedido | 1 | Por linha |
| 5 | Restabelecimento de linha suspensa temporariamente | 24 horas | Prazo Excedido | 1 | Por linha |
| 6 | Troca de número | 48 horas | Prazo Excedido | 1 | Por linha |
| 7 | Troca de SIM CARD | 48 horas | Prazo Excedido | 1 | Por linha |
| 8 | Ativação/desativação de serviços (caixa postal, encaminhamento de chamadas, identificação de chamadas) | 24 horas | Prazo Excedido | 1 | Por linha |
| 9 | Blqueio roaming intenacional | 48 horas | Prazo Excedido | 1 | Por linha |
| 10 | Manutenção corretivas (casos isolados) | 24 horas | Prazo Excedido | 2 | Por infração |



| | | | | | |
|----|---|------------------|----------------|---|--------------|
| 11 | Manutenção corretiva (falha sistêmica) | 8 horas | Prazo Excedido | 3 | Por infração |
| 12 | Transferência de titularidade (saída de linha) | 5 dias corridos | Prazo Excedido | 2 | Por linha |
| 13 | Transferência de titularidade (recebimento de linhas) | 10 dias corridos | Prazo Excedido | 3 | Por linha |
| 14 | Fornecimento de SIM CARDS (back-up) | 10 dias corridos | Prazo Excedido | 2 | Por linha |
| 15 | Apresentação de informações ou esclarecimentos | 24 horas | Prazo Excedido | 2 | Por infração |
| 16 | Indisponibilidade de sinal | 1 horas | Prazo Excedido | 5 | Por registro |

| GRAU DA INFRAÇÃO | VALOR DA PENALIDADE (descontos no pagamento) |
|------------------|---|
| 01 | 1% por incidência, sobre o valor mensal do contrato |
| 02 | 2% por incidência, sobre o valor mensal do contrato |
| 03 | 3% por incidência, sobre o valor mensal do contrato |
| 04 | 4% por incidência, sobre o valor mensal do contrato |
| 05 | 5% por incidência, sobre o valor mensal do contrato |

5.1. Natureza da Contratação:

Serviço contínuo, sem dedicação de mão de obra exclusiva. De acordo com a IN 5/2017, art. 15, “os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

5.2. Duração Inicial do Contrato:

A duração do serviço contínuo (por escopo) poderá ser de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro (...);

5.3. Sustentabilidade:

Não se aplica.

5.4. Transição Contratual:



Realizar portabilidade dos números atuais. Será realizado a troca dos equipamentos locados.

5.5. Relevância dos requisitos estipulados:

Os requisitos levantados são relevantes e não são restritivos.

6. Estimativa das Quantidades:

O descritivo do serviço teve como base os atuais Contratos vigentes.

| ITEM | SERVIÇO | UNI | QUANT | UNITÁRIO/MÊS (R\$) | TOTAL MENSAL (R\$) | ANUAL (R\$) |
|--------------------|---|-----|-------|--------------------|--------------------|-------------|
| 1 | Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional, prestação de serviço móvel à internet (plano de dados), além da aquisição de aparelhos celulares novos, tipo smartphones, em regime de comodato. | Mês | 16 | R\$ 0,00 | R\$ 0,0 | R\$ 0,0 |
| TOTAL GERAL | | | | | | R\$ 0,00 |

7. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

Foram realizadas pesquisas, no que tange às contratações para o objeto de serviços em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações -, para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP – tecnologia GSM – com fornecimento de celulares novos em comodato, sob demanda, no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública por intermédio do sítio painel de preços, com o objetivo de ser verificada a existência de soluções compatíveis/similares que venham atender os requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

Conforme pesquisa de mercado junto ao site painel de preços, contratações similares, Contrato do Coren/MS, consulta aos sítios especializados e de domínio amplo, consulta com fornecedores, existem diversas empresas que oferecem a solução, conforme alguns exemplos abaixo:

- TELEFÔNICA BRASIL S.A;
- Claro S.A;
- TIM S A;
- BRIGHT TELECOM LTDA.

Por fim, a contratação deverá ser realizada por meio de pregão, em sua forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento do tipo “menor preço” e a adjudicação deverá ser feita por grupo.

8. Estimativas de Preços ou Preços Referenciais:

O levantamento de preço de mercado está fundamentado na Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Estima-se R\$ 46.080,00 (quarenta e seis mil e oitenta reais) conforme pesquisa de preço e mapa de apuração abaixo:

| Contratação do pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc) e aparelho smartphone e regime de comodato | | | | | | |
|---|--|-----|-------|--------------------|--------------------|---------------|
| ITEM | SERVIÇO | Uni | QUANT | UNITÁRIO/MÊS (R\$) | TOTAL MENSAL (R\$) | ANUAL (R\$) |
| 1 | Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades Local, de Longa Distância Nacional, prestação de serviço móvel à internet (plano de dados), além da aquisição de aparelhos celulares novos, tipo smartphones, em regime de comodato. | Mês | 16 | R\$ 240,00 | R\$ 3.840,00 | R\$ 46.080,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | R\$ 46.080,00 |

A estimativa dos preços que irão compor o instrumento convocatório da contratação do serviço, deverá ser elaborada com base na IN 73/2020/MPDG.

Para todos os itens listados no objeto deverão ser apresentados preços unitários e totais.

Os pagamentos serão liberados com a efetiva entrega dos serviços e neles deverão estar inclusos todos os encargos sociais e trabalhistas, tributos, impostos e taxas, emolumentos, despesas administrativas, transporte e outras despesas operacionais.

A pesquisa de preços deve ser apreciada pela Controladoria e/ou Controle Interno desta autarquia, conforme previsto na Ordem de Serviços do Cofen nº 8, de 5 de dezembro de 2017.



9. Descrição da Solução como um todo:

Contratação de empresa do ramo de prestação de serviços em telefonia móvel, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda. As condições e características mínimas do objeto será especificado no Termo de Referência.

A tecnologia de telefonia móvel SMP várias opções de contratação. Listamos duas alternativas que pode ter um melhor custo/benefícios:

- Contratação do pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc) e aparelho smartphone e regime de comodato;
- Contratação do pacote de serviços smp (voz, dados e sms, etc) e aquisição dos aparelhos smartphone.

A análise dos custos considera o custo anual de cada solução, considerando os valores medianos das propostas.

1 – Solução:

Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades local (VC1), de Longa Distância Nacional (VC2 e VC3), prestação de serviço móvel à internet (plano de dados), além da aquisição de aparelhos celulares novos, tipo smartphones, em regime de comodato.

| Comprasnet | Comprasnet | Comprasnet | Comprasnet | Telefônica VIVO | VALOR DE REFERÊNCIA: MEDIANA | | |
|------------|------------|------------|------------|-----------------|------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| Valor | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor Mediano - Unitário | Valor Mediano - Estimado Mensal | Valor Mediano - Estimado Anual |
| R\$ 177,10 | R\$ 302,40 | R\$ 240,00 | R\$ 226,80 | R\$ 240,00 | R\$ 240,00 | R\$ 3.840,00 | R\$ 46.080,00 |

Contratação do pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc) e aparelho smartphone e regime de comodato

| ITEM | SERVIÇO | Uni | QUANT | UNITÁRIO/MÊS (R\$) | TOTAL MENSAL (R\$) | ANUAL (R\$) |
|--------------------|--|-----|-------|--------------------|--------------------|---------------|
| 1 | Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades Local, de Longa Distância Nacional, prestação de serviço móvel à internet (plano de dados), além da aquisição de aparelhos celulares novos, tipo smartphones, em regime de comodato. | Mês | 16 | R\$ 240,00 | R\$ 3.840,00 | R\$ 46.080,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | R\$ 46.080,00 |

2 – Solução:

Prestação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades local (VC1), de Longa Distância Nacional (VC2 e VC3), prestação de serviço móvel à internet (plano de dados) e aquisição de



aparelhos telefônicos celulares (smartphones).

| Descrição do item | Consolidação dos preços cotados | | | |
|--|---------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Menor | Maior | Média | Mediana |
| Aparelho Telefônico Celular / Acessórios Tipo: Estabilizador De Celular , Aplicação: Aparelho Smartphone , Características Adicionais: Suporte Ajustável, Bateria Recarregável | R\$ 1.405.0000 | R\$ 1.967.0000 | R\$ 1.672.3820 | R\$ 1.699.0000 |
| Unidade Fornecimento Unidade | 16 | | | |

Fonte de cotação | Compras.gov.br

Total de cotações para essa fonte: 5

| Nº | Órgão cotado | Quantidade | Preço unitário | Cotado em | Consolidada |
|----|--|------------|----------------|------------|-------------|
| 1 | DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO | 1142 | R\$ 1.967,0000 | 16/01/2023 | Sim |
| 2 | JUSTICA ELEITORAL | 2 | R\$ 1.455,5100 | 16/01/2023 | Sim |
| 3 | CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PB | 20 | R\$ 1.835,4000 | 16/01/2023 | Sim |
| 4 | UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | 3 | R\$ 1.699,0000 | 16/01/2023 | Sim |
| 5 | ESTADO DO ACRE | 28 | R\$ 1.405,0000 | 16/01/2023 | Sim |

| Descrição do item | Consolidação dos preços cotados | | | |
|---|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | Menor | Maior | Média | Mediana |
| Pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc) | R\$ 49.9000 | R\$ 62.9000 | R\$ 55.0960 | R\$ 52.4800 |
| Unidade Fornecimento UNIDADE | 16 | | | |

Fonte de cotação | Compras.gov.br

Total de cotações para essa fonte: 5

| Nº | Órgão cotado | Quantidade | Preço unitário | Cotado em | Consolidada |
|----|--|------------|----------------|------------|-------------|
| 1 | MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 12 | R\$ 49,9000 | 16/01/2023 | Sim |
| 2 | MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 12 | R\$ 62,9000 | 16/01/2023 | Sim |
| 3 | COMANDO DO EXERCITO | 4 | R\$ 59,0000 | 16/01/2023 | Sim |
| 4 | JUSTICA ELEITORAL | 77 | R\$ 52,4800 | 16/01/2023 | Sim |
| 5 | COMANDO DA MARINHA | 2664 | R\$ 51,2000 | 16/01/2023 | Sim |



As duas soluções são viáveis. A primeira solução, conforme a pesquisa, terá um custo estimado de R\$ 240,00 por aparelho com o pacote de telefonia e internet, sendo R\$ 46.080,00 o valor anual para 16 equipamentos com o pacote. O interessante que está incluso seguro dos aparelhos e, em uma eventual prorrogação do contrato, tem a possibilidade de trocar os aparelhos, mantendo uma tecnologia atual. A segunda solução terá um custo de R\$ 27.184,00 para aquisição dos equipamentos e R\$ 52,48 mensal por linha de pacote de telefonia internet. Optando pela Solução 2, o Coren-MS teria que providenciar um seguro e ao longo do ano, providenciar manutenções preventiva/corretiva e programar de programar periodicamente a aquisição de novos aparelhos para substituição. E em caso de não prorrogar o contrato, os equipamentos ficaria inutilizável.

Então, concluímos que a Solução mais adequada para a contratação é a primeira: prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades local (VC1), de Longa Distância Nacional (VC2 e VC3), prestação de serviço móvel à internet (plano de dados), além da aquisição de aparelhos celulares novos, tipo smartphones, em regime de comodato.

Contratação do pacote de serviços smp (voz, dados e sms, etc) e aquisição dos aparelhos smartphone

| ITEM | SERVIÇO | Uni | QUANT | UNITÁRIO/MÊS (R\$) | TOTAL MENSAL (R\$) | ANUAL (R\$) |
|--------------------|--|-----|-------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 1 | Prestação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades Local, de Longa Distância Nacional, prestação de serviço móvel à internet (plano de dados). | Mês | 16 | R\$ 52,48 | R\$ 839,68 | R\$ 13.434,88 |
| 2 | Aquisição de aparelhos telefônicos celulares (smartphones). | | 16 | R\$ 1.699,00 | | R\$ 27.184,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | R\$ 40.618,88 |

10. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

Os itens contratados possuem interdependência entre si, somente havendo eficiência técnica e logística caso sejam prestados pela mesma empresa contratada. A execução dos serviços por empresas distintas poderia inviabilizar a responsabilização da contratada prejudicando a garantia dos serviços prestados. Além disso, o não parcelamento da solução possibilita melhor eficiência e gestão contratual. Do ponto de vista logístico, a execução dos serviços por empresas distintas, com diferentes prazos de execução, seguramente comprometeria a qualidade, a eficiência dos serviços prestados e o controle administrativo, além de ocasionar custos com a publicação de



diversos contratos.

Tal entendimento tem fundamento no art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93:

“As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

A disputa do serviço e equipamento serão pelo menor preço, através do Pregão Eletrônico, pois há diversas empresas para fornecimento do objeto da licitação resultando em maior competitividade.

11. Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade e de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais ou Financeiros Disponíveis:

A demanda apresentada neste estudo é proveitosa na medida em que identificasse que o serviço de telefonia é essencial à operacionalização dos serviços públicos prestados pelo Coren-MS.

Ante o exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

- O atendimento satisfatório da contratação;
- O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
- A preservação do caráter ininterrupto das atividades meios e finalísticas do Conselho;
- Melhorar a qualidade e rapidez dos serviços públicos prestados à sociedade;
- Conservação e bom uso do patrimônio público;

12. Providências para Adequação do Ambiente:

Não há necessidade de adequação do ambiente do Coren/MS para contratação do (s) serviço (s) objeto deste Estudo.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

- Não há o que mencionar.

14. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação:

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS** que:

É VIÁVEL a compra proposta pela unidade requisitante.

NÃO É VIÁVEL a compra proposta pela unidade requisitante.



A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

- A estrutura do Coren/MS está voltada para as rotinas internas da Autarquia, e, ainda, que não dispõe de profissionais devidamente habilitados no que tange à solução, faz-se necessária tal contratação, observando principalmente o Princípio da Eficiência, como alerta o caput do artigo 37 da Constituição Federal.

15. Do Acesso às Informações contidas nos presentes Estudos Preliminares:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | As informações contidas no presente Estudo Preliminar DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas. |
| <input type="checkbox"/> | As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO , nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito. |

16. Responsabilidade da Equipe de Planejamento pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme diretrizes estabelecidas no Anexo III.

Francisco de Souza Rosa
Empregado Público
Matrícula:085

Osvaldo Sanches Júnior
Analista de Sistema - STIC
Matrícula: 029

Thiago Flávio Ribeiro Penha
Empregado Pública
Matrícula: 032



Campo Grande/MS, 29 de maio de 2023

Aprovo o Estudo Preliminar conforme proposto:

Dr. Sebastião Júnior Henrique Duarte
Presidente
Coren/MS

Não aprovo o Estudo Preliminar,

providenciar: _____

Dr. Sebastião Júnior Henrique Duarte
Presidente
Coren/MS



ANEXO I DO ETB - CRONOGRAMA

| Id | Etapa/Fase/Item | Duração | Prazo Máximo | Responsável | Desembolso |
|----|---|---------|--------------|--|-------------------------------------|
| 1 | Fase interna: Elaboração do ETB, Termo de Referência, pesquisa de preço, mapa de preço, parecer Controladoria Geral, Pré empenho (se necessário). | 30 dias | 45 dias | CPL | Capital humano |
| 2 | Fase externa: elaboração do edital, parecer jurídico, agendamento e publicação no DOU e na LAI. | 15 dias | 30 dias | Pregoeiro | Publicação no DOU |
| 3 | Assinatura do Contrato | 5 dias | 10 dias | Coren/MS e Contratada | Envio por correios ou e-mail em PDF |
| 4 | Pagamento | Mensal | 30 dias | Contabilidade e Financeiro do Coren/MS | Conforme cláusula contratual |



ANEXO II DO ETB - MAPA DE RISCO

| 1 – DADOS DO PROCESSO | | | | | | |
|---|--|-------|--------------------------|--|--------------------------|-------|
| Objeto: | Contratação de empresa do ramo da prestação continuada de serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP – tecnologia GSM – com fornecimento de celulares novos em comodato. | | | | | |
| Nº do Processo: | 038/2022 | | | | | |
| 2 – FASE DE ANÁLISE | | | | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor | | | <input type="checkbox"/> | Gestão do Contrato | |
| 3 – RISCOS | | | | | | |
| Risco 01: | <i>Licitação fracassar ou atrasar</i> | | | | | |
| Probabilidade: | <input checked="" type="checkbox"/> | Baixa | <input type="checkbox"/> | Média | <input type="checkbox"/> | Alta |
| Impacto: | <input checked="" type="checkbox"/> | Baixo | <input type="checkbox"/> | Médio | <input type="checkbox"/> | Alto |
| Danos: | <i>Não conseguir realizar a licitação.</i> | | | | | |
| Ação(ões) Preventiva(s): <i>Agilizar os procedimentos internos</i> | | | | Responsável: CPL | | |
| Ação(ões) de Contingência: <i>Reagendar a licitação. O prazo de vigência dos contratos atuais tem um tempo considerável, tornando mais fácil contornar o imprevisto.</i> | | | | Responsável: Pregoeiro (a) | | |
| Risco 02: | <i>Atraso na assinatura do contrato</i> | | | | | |
| Probabilidade: | <input checked="" type="checkbox"/> | Baixa | <input type="checkbox"/> | Média | <input type="checkbox"/> | Baixa |
| Impacto: | <input checked="" type="checkbox"/> | Baixo | <input type="checkbox"/> | Médio | <input type="checkbox"/> | Médio |
| Danos: | <i>Início da execução do serviço com atraso.</i> | | | | | |
| Ação(ões) Preventiva(s): Após o envio da nota de empenho, observar o prazo para assinatura do contrato. Entrar em contato com a empresa via telefone e enviar ofício de tomadas de providências. | | | | Responsável: Gestor de Contratos | | |
| Ação(ões) de Contingência: Verificar a possibilidade de convocar o segundo colocado pela ordem de classificação; Abrir processo de sanção contra a empresa que não assinou o contrato e/ou não aceitou a nota de empenho | | | | Responsável: Gestor de Contratos e Departamento Jurídico | | |



| | | | | | | |
|---|---|-------|-------------------------------------|-------|-------------------------------------|------|
| Risco 03: | Empresa vencedora da licitação não atender os requisitos do Edital. | | | | | |
| Probabilidade: | <input type="checkbox"/> | Baixa | <input checked="" type="checkbox"/> | Média | <input type="checkbox"/> | Alta |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> | Baixo | <input type="checkbox"/> | Médio | <input checked="" type="checkbox"/> | Alto |
| Danos: | <i>Serviço prestado de modo precário.</i> | | | | | |
| Ação(ões) Preventiva(s): Manter contato com o preposto para corrigir as falhas com brevidade. | Responsável: Gestor de Contratos | | | | | |
| Ação(ões) de Contingência: Advertir verbalmente o preposto. Não resolvendo, notificar a empresa por escrito. Utilizar o modelo de avaliação do Termo de Referência fazendo a glosa na nota fiscal de pagamento. | Responsável: Gestor de Contratos | | | | | |